



IRÃ-ESTADOS UNIDOS

Teerã e Washington iniciam, hoje, negociações sem precedentes sobre o programa nuclear iraniano, no sultanato de Omã. Conselheiro do aiatolá Ali Khamenei pede acordo "real e justo". Especialistas avaliam expectativas de resultados

A hora do diálogo

» RODRIGO CRAVEIRO

Sob a ameaça de uma ofensiva militar dos Estados Unidos e de Israel, os iranianos se reúnem, hoje, com os americanos, no sultanato de Omã, para negociar um acordo sobre o programa nuclear de Teerã. Os EUA suspeitam que o Irã utilize o enriquecimento de urânio como fachada para desenvolver a bomba atômica. Na véspera das negociações sem precedentes, o regime iraniano recuou e pediu um acordo "real e justo" com Washington.

"Longe de fazer um show e apenas falar para as câmeras, Teerã busca um acordo real e justo; propostas importantes e implementáveis estão prontas", declarou Ali Shamkhani, conselheiro sênior do aiatolá Ali Khamenei, líder supremo do Irã. Steve Witkoff, enviado dos Estados Unidos para o Oriente Médio, e o ministro das Relações Exteriores do Irã, Abbas Araghchi, comandarão as conversas, sob a mediação do sultanato de Omã.

"Estamos dando à diplomacia uma oportunidade real, de boa fé e com total vigilância. Os Estados Unidos devem apreciar esta decisão, que foi tomada, apesar de sua retórica hostil", afirmou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Esmail Baqai. Na quarta-feira, o presidente dos EUA, Donald Trump, elevou o tom contra Teerã e afirmou que uma ação militar é "absolutamente possível", caso não haja um acordo. No mesmo dia, o presidente iraniano, Masud Pezeshkian, assegurou que o Irã está aberto aos investimentos americanos, mas se opõe a tentativas de mudança do regime.

Daryl G. Kimball, diretor-executivo da Associação para o Controle de Armas (em Washington), acha improvável que Irã e EUA, depois de um dia de reuniões, alcancem um acordo abrangente para abordar as preocupações sobre a natureza das atividades nucleares e sobre a segurança e a remoção das sanções financeiras. "No entanto, esta é uma oportunidade crucial para

Presidência do Irã/AFP



O presidente iraniano, Masoud Pezeshkian (segundo à direita) e o chefe da agência nuclear, Mohammed Estlami, observam centrífugas

que ambos cheguem a um consenso sobre um plano para mais diálogo e para delinear as posições de abertura, além de identificar as áreas de concordância e de comprometimento", afirmou ao **Correio**.

Ele lembrou que a confiança entre as duas partes é extremamente baixa. "Foi Trump, quem, em seu primeiro mandato, retirou-se do muito eficaz Plano de Ação Conjunta Global (JCPOA) de 2015, o qual o Irã estava cumprindo, e depois voltou a impor sanções a Teerã."

Kimball considera irrealistas as demandas de desmantelamento do programa nuclear iraniano. "Enquanto for membro do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), o Irã é obrigado a

não adquirir armas nucleares, a permitir inspeções internacionais para proteção contra desvios militares e a explorar o uso pacífico da energia nuclear."

Ceticismo

De acordo com ele, o acordo mais realista seria o Irã aceitar suspender as operações e parcialmente desmantelar elementos de seu programa de enriquecimento de urânio. "Teerã reduziria os estoques de urânio e concordaria com uma supervisão mais intrusiva da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em troca do relaxamento de sanções internacionais."

Especialista em Oriente Médio pela

Universidade de Harvard, Majid Rafizadeh demonstra ceticismo em relação a uma solução ser anunciada ainda hoje. "Dado o atual clima geopolítico e os acontecimentos recentes, a probabilidade de os EUA garantirem um acordo nuclear abrangente com o Irã, hoje, parece remota. Embora ambas as nações tenham manifestado interesse em negociações, ainda existem obstáculos significativos", disse ao **Correio**. Ele reconhece que o Irã tem demonstrado disposição em considerar um acordo nuclear provisório, que envolva a suspensão de certas atividades de enriquecimento de urânio e um maior acesso dos inspetores da AIEA às instalações nucleares. "Em troca, Teerã busca o alívio das sanções

de 'pressão máxima', impostas durante o mandato anterior de Trump."

Rafizadeh destacou que Trump estabeleceu prazo de dois meses para novo acordo. "O presidente enfatizou que o fracasso levaria a 'medidas alternativas', incluindo ação militar." Michael O'Hanlon, diretor de pesquisa do programa de Política Externa da Brookings Institution (em Washington), crê que o sucesso do acordo depende de concessões. "Se esperamos que o Irã abra mão de tudo, eu diria que as chances são mínimas. Se esperamos que o Irã envie 60% de seu urânio, por um preço, e aceite novas restrições ao enriquecimento, em troca do levantamento significativo das sanções, então isso fica dentro do imaginável", admitiu à reportagem.

Um dos fundadores do Conselho Nacional Iraniano Americano, com base em Washington, e vice-presidente do Quincy Group — instituto de pesquisa sediado na capital dos EUA —, Trita Parsi disse ao **Correio** não ver a chance de um desmantelamento completo. Trump entende isso. Ele quer um acordo, e o caminho para isso é que ambos lados adotem posições razoáveis."

"Os EUA esperam negociações indiretas, por meio de representantes do sultanato de Omã, e que ocorram algumas reuniões presenciais com seus homólogos iranianos. O Irã espera que o processo seja o início de um diálogo para aliviar as tensões", disse à reportagem Jamsheed K. Choksy, professor de estudos iranianos da Universidade de Indiana.

Ele aposta que o regime dos aiatolás se focará na rápida suspensão de todas as sanções. Segundo ele, Teerã também demanda a própria reintegração nas redes políticas e econômicas globais; viagens ao exterior sem impedimentos para seus cidadãos; investimentos econômicos de nações do Ocidente; garantias de que não será atacado pelos EUA ou por aliados; e salvaguardas de que o acordo não será revogado.

DIREITOS CIVIS

Juiz americano autoriza deportação de estudante

Mahmoud Khalil, 30 anos, tem green card (residência permanente nos Estados Unidos) e é casado com uma americana. Nada disso impediu que um juiz autorizasse sua deportação. Estudante da Universidade de Columbia, Khalil tornou-se um dos rostos mais proeminentes do movimento de protestos que eclodiu em 2024 contra a guerra de Israel na Faixa de Gaza. Preso em 8 de março do ano passado, em Nova York, ele foi transferido para o Centro

de Detenção LaSalle, em Jena, no estado da Louisiana.

Segundo a emissora Fox News, o juiz Jamee Comans afirmou que o governo Trump havia cumprido com sua obrigação de demonstrar que tinha motivos para deportá-lo. A decisão do magistrado está alinhada com um memorando escrito pelo secretário de Estado, Marco Rubio, segundo o qual "as crenças, declarações ou associações atuais ou esperadas" de Khalil

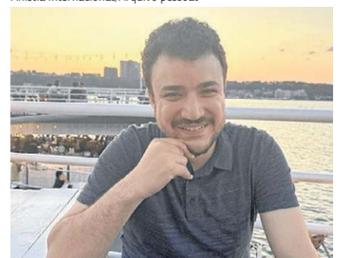
eram contrárias aos interesses da política externa. Para Comans, isso seria uma evidência suficiente para a remoção de um residente permanente legalizado dos EUA. Curiosamente, o memorando não aponta nenhuma atividade criminal de Khalil.

Rubio também recusou-se a argumentar formalmente que o estudante palestino nascido na Argélia estivesse alinhado ao grupo terrorista Hamas, como autoridades tinham sugerido

à imprensa. A mensagem referia-se à "participação e ao papel" de Khalil em supostos "protestos antissemitas e atividades disruptivas que fomentam um ambiente hostil para estudantes judeus nos Estados Unidos".

Trump acusa o movimento estudantil de antissemitismo, enquanto defensores das liberdades civis afirmam que a detenção de Khalil, assim como a de outros estudantes, constitui uma violação à liberdade de expressão.

Anistia Internacional/Arquivo pessoal



Mahmoud Khalil comandou os protestos contra a guerra em Gaza na Universidade de Columbia

Conexão diplomática



por Silvio Queiroz
silvioqueiroz.df@gmail.com

Trump aposta no "mano a mano"

Com as idas e vindas na guerra das tarifas, Donald Trump não apenas exercitou, uma vez mais, o estilo peculiar de negociação que desenvolveu na selva do mercado imobiliário. A escalada com a China, que lembra os lances de uma mesa de pôquer, está no centro das atenções — com muitos e bons motivos.

Mas o aparente recuo em outras frentes, com uma trégua de 90 dias nas sobretaxas para propiciar negociações, escancara um objetivo de alcance mais longo. Neste segundo mandato, o presidente dos EUA joga para levar adiante um projeto iniciado no primeiro período, entre 2017 e 2021: implodir o sistema multilateral de relações internacionais.

Não por acaso, a Casa Branca festejava, dias atrás, a contagem de "mais de 70 países" que teriam procurado o governo norte-americano. Com um gesto unilateral, mas não propriamente isolacionista, Trump decreta que a conversa será feita "mano a mano" entre

Washington e cada um dos parceiros. E chuta para escanteio a Organização Mundial de Comércio (OMC).

Linhas tortas

Como tem sido a prática em todas as frentes da política externa, quem entra em campo é o bilionário que fez fortuna com os imóveis, especialmente hotéis e cassinos. O método, resumidamente, é combinar poder econômico, intimidação e até o blefe para levar o outro lado às cordas. E, no desfecho, arrancar o máximo de concessões em um acordo.

Em termos, é o que já conseguiram dos parceiros da Otan com a jogada de abandonar — aparentemente — o colega da Ucrânia em sua guerra contra a Rússia de Vladimir Putin. Em resposta, os demais membros da aliança atlântica começam a planejar a elevação dos próprios orçamentos de defesa. Exatamente como exigia no mandato

anterior, Trump constrange os aliados a assinar a rendição, ainda que escrita por linhas tortas.

Paródia?

Discutindo com a imprensa os vaivéns da Casa Branca, a porta-voz Karoline Leavitt rebateu um repórter que classificou o aparente recuo de Trump como "capitulação". "Vocês não entenderam *A arte da negociação*", respondeu, referindo-se ao best seller lançado pelo presidente nos anos 1980, ainda como empresário de sucesso.

Paródia ou não, o título remete os observadores ao clássico atribuído ao general e filósofo chinês Sun Tzu. *A arte da guerra*, datado dos anos 500 a.C., alicerça desde então a estratégia militar do império milenar. Hoje, é livro de cabeceira também para políticos, esportistas, coaches e profissionais de diferentes áreas — pelo mundo afora.

Sun Tzu desenvolve conceitos

exercitados no Wei Qi, tradicional jogo de estratégia. Embora conhecido como "xadrez chinês", ele guarda uma diferença fundamental com a variante mais familiar ao Ocidente. Em lugar de construir o xeque mate, como o enxadrista, o jogador de Wei Qi busca dispor as peças no tabuleiro de maneira a impor ao adversário o cerco estratégico.

Vence o jogo não quem aniquila o oponente, mas quem domina o terreno.

Descobriu a América

O presidente Xi Jinping terá em maio uma oportunidade para desfilar sua destreza nas artes milenares. Depois de encontrar Lula em Moscou, nos festejos pelos 80 anos da vitória sobre a Alemanha nazista, receberá em Pequim o presidente brasileiro e os de mais três dezenas de países na reunião de cúpula entre a China e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos.

A Celac fez o próprio encontro de líderes na semana que se encerra, em Honduras. A declaração final, assinada por 30 das 33 delegações, "rechaça a imposição de medidas coercitivas

unilaterais, (...) incluindo aquelas que restringem o comércio internacional".

A redação, convenientemente, evita mencionar explicitamente a guerra tarifária declarada ao mundo pelo novo governo norte-americano. Mas foi o bastante para que a Argentina de Javier Milei, aliado e entusiasta de Trump, se recusasse a firmar o documento, apondo objeção precisamente ao trecho citado.

Questão de gênero

A delegação argentina fez reservas também à passagem que coloca a igualdade de gêneros entre as prioridades da próxima presidência da Celac, assumida pela Colômbia. Foi acompanhada pelo Paraguai, que defendia a adoção da fórmula "igualdade entre homens e mulheres".

A declaração, por sinal, aponta para uma candidatura única da região à sucessão na secretaria-geral da ONU, em 2026, e indica a escolha de uma mulher. O texto não menciona nomes, mas a diplomacia brasileira trabalha, entre outras opções, com a ex-presidente chilena Michelle Bachelet.